



**Universidade Fernando Pessoa**  
**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**  
**Licenciatura em Criminologia**

**PROJETO DE GRADUAÇÃO**

*“O Impacto dos maus-tratos na vida das crianças e dos jovens em  
situação de acolhimento”*

**Mariana Duarte**

**Porto, 2015**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia

**PROJETO DE GRADUAÇÃO**

*“O impacto dos maus-tratos na vida das crianças e dos jovens em situação de acolhimento”*

Mariana Duarte

---

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciatura do Curso de Criminologia, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os docentes do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, por todos os conselhos e ensinamentos transmitidos. Foram, sem dúvida, muito importantes no meu crescimento e formação pessoal.

Ao meu orientador, Professor Pedro Cunha, por toda a orientação ao longo do desenvolvimento deste projeto, interesse, rigor e profissionalismo que tanto admiro. As suas palavras de incentivo foram fundamentais para a concretização deste projeto. E, para mim foi um prazer ser orientada por ele.

À minha supervisora da Câmara Municipal de Góis e aos técnicos que me acompanharam, por se mostrarem sempre disponíveis em me ajudar na realização deste projeto. Obrigada a todos pelo material fornecido e pelas preciosas sugestões que me deram.

À minha família por nunca deixar de acreditar em mim. Obrigada, pai, mãe e mana, por me acompanharem em todos os caminhos da minha vida. Sem vós, este sonho não se realizaria.

Ao meu afilhado, por ele ganhei forças quando desmotivava. Foi sem dúvida a minha fonte de inspiração.

Aos meus avós, tios, primos e cunhado, por estarem sempre do meu lado e acreditarem sempre em mim. O vosso apoio foi fundamental na realização deste sonho.

Um especial agradecimento ao meu namorado que sempre me apoiou nos momentos de maior fragilidade, dando-me sempre coragem para continuar e perseguir os meus sonhos.

Às minhas amigas de sempre e para sempre, que têm uma presença permanente em todos os caminhos da minha vida. Obrigada pela vossa amizade sempre tão sincera.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Cátia, Catarina, Patrícia, Russo e Nuno por estes três anos maravilhosos que me proporcionaram.

*“Todo o presente é todo o passado e todo o futuro”.*

Fernando Pessoa

## RESUMO

Os maus-tratos em crianças e jovens constituem um sério problema social, com consequências ao nível do seu desenvolvimento, saúde física e mental.

Este fenómeno tem acompanhado a humanidade ao longo da história, mas a mentalidade das pessoas tem vindo a mudar. Os profissionais preocupados com a infância e a juventude esforçam-se por promover percursos de vida alternativos que sejam saudáveis, dignos e adequados.

O presente projeto de graduação pretende propor um estudo sobre o impacto dos maus-tratos na vida de crianças e jovens da região Centro de Portugal. Pretendemos perceber se existe uma relação entre o historial de maus-tratos na infância e juventude, o bem-estar psicológico e o percurso escolar destas crianças e jovens.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro, apresentamos uma abordagem da evolução histórica da problemática e uma breve definição de maus-tratos infantis e juvenis, bem como as suas diferentes tipologias, os fatores de risco para a ocorrência deste fenómeno, as consequências que dele advêm, as áreas de intervenção e o papel da criminologia na intervenção e acompanhamento de crianças e jovens em risco. Por fim, apresentamos um projeto de investigação que pretende fazer a articulação entre a teoria e a prática nesta área concreta.

Palavras-chave: abuso, maus tratos, crianças e jovens.

## **ABSTRACT**

The abuse and maltreatment of children and juveniles is a serious problem for society, with reflections on child development, physical and mental health. The hostility against the children and juveniles was socially accepted in the past, but today this is no longer the case. The professionals concerned with childhood and youth struggle to promote alternative pathways of life that are healthy, worthy and appropriate.

In the present project of graduation we propose a study of the impact of abuse and maltreatment in the lives of children and juveniles of the Central Region of Portugal. We expected to bring some understanding about how an environment of maltreatment in childhood influences negatively the psychological well-being and the academic performance.

The work is structured as follows: first, it discussed the historical evolution of the problem. Then, we present a brief definition of children and juvenile abuse and maltreatment, as well as its different typologies, the risk factors for the occurrence of this phenomenon, the consequences, the areas of intervention, and the contributions of criminology for the intervention and assistance of children and juveniles. Finally, we present a Project that proposes an articulation between theory and practice of the question in study.

**Key-Words:** abuse, maltreatment, children and young people;

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
1. Evolução Histórica do Conceito de Maus-tratos .....	12
2. Conceito de Maus-tratos .....	14
3. Tipologia dos Maus-Tratos .....	16
3.1 Maus-Tratos Físicos.....	16
3.2 Maus-Tratos Psicológicos.....	17
3.3 Abuso Sexual .....	17
3.4 Negligência .....	18
4. Fatores de Risco para a Ocorrência dos Maus-Tratos.....	18
4.1 Características Individuais dos Pais .....	19
4.2 Características da Criança .....	19
4.3 Características Socioeconômicas.....	20
5. Consequências dos Maus-Tratos na Vida das Crianças e dos Jovens.....	21
6. Áreas de Intervenção: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco .....	24
7. O Papel da Criminologia na Intervenção e Acompanhamento de Crianças e Jovens Vítimas de Maus-tratos.....	25
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....	27
1. Introdução.....	27
2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	28
2.1 Objetivo geral .....	28
2.2 Objetivos específicos .....	28
3. Método .....	29
4. Amostra .....	30
5. Instrumentos.....	32
5.1 Pré-teste do questionário.....	34

5.2 Resultados do pré-teste .....	35
6. Procedimentos .....	36
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39
Anexo I- Questionário sociodemográfico .....	44
(Instrumentos de recolha de dados) .....	44
Anexo II- Escala de auto percepção para crianças - <i>Self Perception Profile for Children Scale</i> .....	46
(Instrumentos de recolha de dados) .....	46
Anexo III .....	50
(Declaração do consentimento informado).....	50

## **ÍNDICE DE SIGLAS**

**CPCJ-** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

**D.C.-** Depois de Cristo

**LPCJP-** Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**OMS-** Organização Mundial de Saúde

**SPSS** – *Statistical Package for Social Sciences*

**UNICEF-** Fundo das Nações Unidas para a Infância

## INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Graduação, que tem como tema “O impacto dos maus-tratos na vida das crianças e dos jovens”, insere-se na fase final do curso para a obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

O interesse pela prevenção e intervenção na área dos maus-tratos infantil desenvolveu-se, mais aprofundadamente, através da realização do estágio curricular na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Góis. De facto, gostaria de realçar que pude obter uma perceção mais aprofundada do fenómeno em causa, dado que no decurso do estágio tive que lidar diariamente com crianças e jovens que estão expostas frequentemente a situações que prejudicam o seu bem-estar, desenvolvimento físico, emocional e psicológico. Este contacto levou-me a querer saber mais e desenvolver esta problemática e, enquanto profissional de Criminologia, a querer saber intervir e prevenir, de forma adequada e consciente, estas situações tão preocupantes.

A violência contra crianças e adolescentes não é um facto recente, pois esta realidade faz parte da própria história da humanidade, reproduzida ao longo de épocas, sob diferentes formas, nas sociedades. Outrora, para alguns pais, a violência era praticada como um método educativo, fazendo parte de toda a vida de qualquer criança ou jovem. Apesar da “naturalidade” com que a hostilidade era vivida anteriormente, nos dias de hoje a intenção de sinalizar estes casos considerados de risco passa fundamentalmente por proteger estes seres indefesos, para que lhes seja proporcionado um nível de instrução mais elevado, com todos os cuidados e necessidades básicas de vida asseguradas, garantindo-lhes assim um desenvolvimento pessoal e social adequado à sua idade

A infância é, sem dúvida, o momento da nossa vida em que dependemos mais das pessoas à nossa volta. Dependemos nesta fase de quem cuida de nós para nos alimentar, para nos dar conforto, afeto e para prosseguirmos o nosso desenvolvimento de uma forma estruturada e digna. Deve ser preocupação da sociedade em que estamos inseridos proteger as crianças e jovens de qualquer agressão que as possa atingir (Duque, 2008).

A infância constitui um período crucial do ciclo de vida, onde a falta de vinculação segura e de estabilidade afetiva estabelecerão os padrões de comportamento e de regulação emocional no futuro.

De acordo com Azevedo e Maia (2006), os maus-tratos infantis têm vindo a ser reconhecidos como um dos maiores problemas sociais dos dias de hoje. Inicialmente, esta problemática começou por preocupar os profissionais de saúde, estendendo-se de forma gradual, aos profissionais de outras áreas como educação e justiça. Esta problemática levou, nas últimas décadas, a uma crescente investigação científica.

Ainda de acordo com as autoras supramencionadas, os maus-tratos não são, de forma alguma, um problema recente, são um fenómeno que, no entendimento de muitos, tem vindo gradualmente, a tornar-se mais notório e, deste modo, mais atual.

Entende-se, assim, a necessidade de intervenção nesta área tão sensível e problemática, uma vez que os maus-tratos praticados sobre uma criança ou jovem exercem um impacto claramente negativo, não só na infância, mas também para o resto da vida.

Assim, o objetivo geral deste Projeto de Graduação passa por procurar compreender qual o impacto da violência na vida das crianças e dos jovens. Os objetivos específicos pretendem evidenciar esse impacto no autoconceito, na auto-estima e no rendimento académico destas crianças e jovens.

O trabalho está dividido em duas partes fundamentais: o enquadramento teórico e a proposta de um estudo empírico. O enquadramento teórico começa com uma breve evolução histórica do conceito de maus-tratos infantis, apresentando de seguida o conceito de maus-tratos, as suas diferentes tipologias, as consequências que deles advém para as crianças e para os jovens, passando para a identificação das áreas de intervenção nesta problemática e, terminando com uma reflexão sobre o papel da criminologia junto esta população.

O estudo empírico procura fazer uma proposta de investigação sobre o impacto dos maus-tratos em crianças e jovens em situação de acolhimento no concelho de Miranda do Corvo - Coimbra, em termos de autoconceito, auto-estima e rendimento académico. Neste capítulo são definidos os objetivos do estudo, qual o método que consideramos ser o mais adequado para a recolha de dados, a amostra de participantes e os procedimentos. O projeto termina com uma breve conclusão e a listagem das referências bibliográficas que serviram de suporte à sua elaboração.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. Evolução Histórica do Conceito de Maus-tratos

Embora este fenómeno ainda esteja muito presente na atualidade, o mau trato é, sem dúvida, uma realidade antiga, onde se pode conhecer a sua história e a sua evolução através de estudos e investigações realizadas.

De acordo com Azevedo e Maia (2006), o conceito de infância, até ao século XVII, era estranho nas comunidades.

Na Antiguidade, o infanticídio era uma prática frequente que permanecia nas culturas orientais e ocidentais até ao século IV D.C. A sua prática baseava-se não só na necessidade de eliminar filhos ilegítimos, filhos com deficiência ou prematuros, como também para dar resposta a crenças religiosas e de controlar a natalidade (Magalhães, 2010). Na sociedade romana, aos pais era atribuído um direito absoluto sobre a vida dos filhos, podendo estes julgá-los e/ou submetê-los a sacrifícios ou até mesmo abandoná-los (Gallardo 1994, cit. *in* Magalhães, 2010).

Deste modo, adotavam-se estilos educativos inadequados, onde eram frequentes os castigos humilhantes, abandono físico e infanticídio. Quando os pais não abandonavam os seus filhos e não os eliminavam, também não lhes proporcionavam condições que lhes permitissem ter um desenvolvimento adaptado à sua idade, onde a escassez de afetos e vínculos era notória.

Como refere Duque (2008), ao longo de vários séculos, não foram atribuídos às crianças quaisquer direitos legais que as protegessem, pelo que maltratá-las não dava lugar a qualquer ação legal, pois não constituía crime. Ao voltar um pouco tempo atrás, verificamos que a utilização de castigos físicos nas escolas era prática frequente, sendo estas encaradas pela sociedade da época como algo normal e correto.

Foi então no século XVIII que a infância começou a ser considerada como um período de vida onde se necessitava de mais atenção e cuidados prestados pela família.

Ainda de acordo com Azevedo e Maia (2006), foi na segunda metade do século XVIII que Rousseau assumiu a criança como sendo um ser com valor próprio, com direitos e digna de respeito. Assim, aos poucos as mentalidades dos indivíduos começaram a mudar, passando a olhar a criança com mais respeito, merecedora de cuidados e necessidades próprias às suas idades.

Em 1874, nos Estados Unidos da América, foi descrita a primeira história de maus-tratos infantis. Tratou-se de uma criança chamada Mary Ellen, que aos nove anos de idade foi encontrada na sua casa amarrada, com marcas visíveis no corpo de ter sido gravemente agredida. À época não existia qualquer tipo de leis que salvaguardassem os direitos das crianças e, por isso, não deu lugar a qualquer ação legal. Foi através da Sociedade de Prevenção de Crueldade Contra os Animais, que o caso foi apresentado em tribunal, sendo fundamentado que os animais se encontram legalmente protegidos e Mary como humana, pertencente ao reino animal deveria ser legalmente protegida. Assim, se ditou uma sentença condenatória a progenitores por maus-tratos infantis e que, mais tarde deu origem a uma fundação de Prevenção da Crueldade Contra Crianças (American Humane, 2009).

Como foi referido por Magalhães (2002), a I Guerra Mundial teve uma grande influência nesta problemática. Gebbs, em 1920, fundou em Genebra a “União Internacional de Socorros às Crianças”, sendo constituída uma carta mais tarde conhecida como “Carta dos Direitos das Crianças ou Declaração de Genebra”.

Refere a mesma autora que a II Guerra Mundial também veio atrair uma nova força para uma evolução desta problemática, tendo sido fundada em 1947, a UNICEF. Foi então aprovada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” a 10 de Dezembro e, mais tarde, em Novembro de 1959, foi aprovada pela Assembleia Geral, a Declaração dos Direitos da Criança.

Nesta sequência, em 1962, Kempe, Silverman, Steele, Droegemueller e Silver definiram o Síndrome de Criança Batida. Esta equipa identificou e descreveu os sintomas físicos retratados nas crianças vítimas de maus-tratos, salientando os fatores psicológicos na patogénese desta síndrome. Em 1963, este conceito veio a receber a cooperação de Fontana, que sistematizou todo o tipo de violência exercida sobre a criança e o jovem, nomeadamente a violência emocional, que até então não tinha sido reconhecida (Azevedo & Maia, 2006).

A publicação do artigo “*The battered-child syndrome*” foi extremamente importante para a evolução histórica do mau trato infantil, uma vez que foi a partir desta publicação que se começou a manifestar interesse científico por esta área (Kempe & colegas, 1962).

Em Portugal, foi sobretudo na década de oitenta que esta problemática passou a merecer uma atenção especial. A comunidade pediátrica, juntamente com outros organismos e grupos profissionais, começaram a alertar a sociedade e a restante

comunidade científica através de reuniões, discussões e divulgação do tema. A seção de Pediatria da Sociedade Portuguesa de Pediatria realizou a primeira grande reunião, no ano de 1986, em Lisboa, onde se debateu o tema “A criança maltratada”. Nesta reunião foram abordadas as perspectivas médica, social, psicológica, sociológica e judicial. Desde então, a preocupação pela temática é demonstrada através de uma ampla divulgação e discussão, surgindo nas páginas de jornais, noticiários da televisão e da rádio (Canha, 2003).

Em 1990, foi então homologada em Portugal, a “Convenção dos Direitos das Crianças”. Este documento tornou-se num documento obrigatório, uma vez que é através dele que os direitos das crianças são assegurados (Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1990).

No ano de 1991, surgem em Portugal as Comissões de Proteção de Menores, com sede nas autarquias locais, fazendo parte destas, representantes dos tribunais, técnicos de serviço social, médicos e elementos da autarquia e também da comunidade (Canha, 2003).

Segundo Cansado (2014), verificou-se uma mudança da conceção de infância que foi reforçada pela intervenção direta do Estado sobre os processos de socialização infantil.

Existe, assim, uma tradição histórica de maus-tratos a crianças e jovens e de tolerância sociocultural em relação aos abusos na infância. Esta tolerância foi, em parte, causada pelo seu reconhecimento tardio enquanto problema social sério que vitimizou e continua a vitimizar incontáveis crianças e jovens (Magalhães, 2010).

## **2. Conceito de Maus-tratos**

De acordo com Duque (2008), este fenómeno ganhou nos últimos anos, uma crescente visibilidade, no entanto, importante será de salientar que, os maus-tratos ainda estão bem presentes nos dias de hoje, sendo por isso, necessário atuar.

(Mendes 1995, cit. *in* Duque, 2008) afirma que esta problemática é considerada um problema multidisciplinar, relacionado com diversos fatores. Assim, para que se consiga obter uma intervenção precisa e adequada, considera-se importante o envolvimento de toda a comunidade.

Como referem Azevedo e Maia (2006), o próprio conceito de maus-tratos tem vindo a sofrer alterações que se prendem, entre outros, com aspetos de ordem cultural. Assim, este conceito difere de grupo para grupo e, maioritariamente, de cultura para cultura.

Sendo esta uma definição difícil de obter, uma vez que este conceito necessita de ser interpretado de acordo com uma multiplicidade de categorias, não deixa de ser um desafio importante. Obter uma definição de maus-tratos infantis permite não só compreender a base de todo o problema, como também o seu tratamento e prevenção (Barudy, 1998 cit. in Azevedo & Maia, 2006).

De acordo com a maioria dos autores, as primeiras definições de crianças maltratadas faziam apenas referência a atos ofensivos que, de acordo com a sua gravidade, seriam capazes de pôr em risco a integridade física da criança. De forma gradual, o conceito foi-se desenvolvendo, entrando agora na categoria dos maus-tratos todo o leque de agressões psicológicas e emocionais, não se destacando, assim, só as agressões físicas (Azevedo & Maia, 2006).

Deste modo, define-se os maus-tratos infantis como sendo *“As lesões físicas ou psicológicas não acidentais ocasionadas pelos responsáveis do desenvolvimento, que são consequência das ações físicas, emocionais ou sexuais, de ação ou omissão e que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança.”* (Martínez Roig & De Paul 1993, cit. in Azevedo & Maia, 2006).

Segundo a OMS, as crianças e jovens, em contexto familiar, são vítimas de abuso físico e sexual, de práticas culturais nefastas, de violência psicológica e ainda negligência. A OMS considera ainda como formas de abuso infantil, o castigo corporal; as falhas na proteção da criança/jovem relativamente a situações de violência previsíveis ocasionadas por amigos, vizinhos ou visitas da casa de família; os atos estigmatizantes ou de discriminação; a falha na utilização de serviços médicos que auxiliam no bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem; as ameaças insistentes, as injúrias ou outras formas de abuso verbal, o afastamento e a rejeição (Magalhães, 2010).

### **3. Tipologia dos Maus-Tratos**

A violência exercida sobre as crianças e os jovens é manifestada através de formas muito distintas.

Como já foi referido no presente projeto, os maus-tratos podem ser compreendidos como ativos ou passivos. Os primeiros dizem respeito aos comportamentos e discursos que envolvem o uso da força física, sexual ou psicológica que, pela sua proporção causam danos às crianças e aos jovens. Por maus-tratos passivos entende-se toda e qualquer omissão ou escassez de cuidados que comprometem o bem-estar da criança e do jovem (Magalhães, 2005).

Assim, na categoria dos maus-tratos ativos encontram-se os maus-tratos físicos, psicológicos e sexuais, enquanto nos maus-tratos passivos insere-se a negligência.

#### **3.1 Maus-Tratos Físicos**

Os maus-tratos físicos podem ser interpretados como todas as agressões físicas provocadas à criança ou ao jovem por parte de um ou ambos os pais biológicos ou adotivos, ou outra pessoa que resida com o progenitor responsável pela custódia, e ainda por qualquer indivíduo a quem os pais conceda a sua responsabilidade que, possam colocar em perigo o seu desenvolvimento físico, social ou emocional. Podem considerar-se maus-tratos físicos os castigos corporais, queimaduras, asfixias ou afogamentos, esbofetear, pontapés, morder, forçá-las a trabalhos considerados pesados e inadequados à sua idade. Esta modalidade de maus-tratos, normalmente é de fácil identificação uma vez que as marcas corporais são notórias. No entanto, também podem ocorrer sem deixar qualquer tipo de sinal exterior, tornando-se, assim, mais difícil de identificar. Conduz, por vezes, a criança à morte ou à sua hospitalização, quando os agressores não tentam encobrir a situação (Cantón Duarte & Cortés Arboleda, 1997, cit.in. Azevedo & Maia, 2006).

## **3.2 Maus-Tratos Psicológicos**

Segundo a maioria dos autores, este é o tipo de mau-trato mais comum e por sua vez, mais difícil de identificar.

Como é referido por Magalhães (2010), o abuso emocional é compreendido pela ausência de afeto e de reconhecimento das necessidades emocionais da criança ou jovem e, que origina consequências para o seu desenvolvimento físico, mental, emocional, moral ou social. Pode ser manifestado através de palavras humilhantes, que ridiculizam, ameaçam, desvalorizam ou discriminem a criança.

De acordo com Duque (2008), existem cinco formas de mau trato psicológico: a rejeição, o isolamento, a corrupção, a sujeição ao terror e por fim ignorar a criança.

Quanto à rejeição, os pais muitas vezes tendem a ser demasiado exigentes com os seus filhos e, quando estes não alcançam os objetivos esperados pelos pais, são muitas vezes chamados de “burros” ou então acusados de não saberem fazer nada. Assim, é exigido à criança ou ao jovem um comportamento adulto ou então de alcançar os objetivos que eles próprios não conseguiram atingir.

No que respeita ao isolamento, a falta de comunicação entre os familiares e a criança é notória. A criança não se sente amada e tem tendência a isolar-se no seu próprio Mundo, muitas vezes demonstrando tristeza.

No que concerne à corrupção, a criança é educada a conseguir fazer algo por meio de recompensas. Caracteriza-se especialmente no suborno. Este tipo de mau trato inclui todas as formas de desonestidade para com a criança.

Na sujeição, a criança é dominada pela manipulação dos seus medos. São feitas para com ela, chantagens em função dos seus terrores, ameaçando-a e aterrorizando-a. Assim, os comportamentos que a criança irá ter são os pretendidos pelos seus pais.

Quanto a ignorar as crianças, estas são simplesmente desvalorizadas pelo que fazem ou então não valorizam o que estas necessitam para que o seu desenvolvimento seja o mais adequado à idade.

## **3.3 Abuso Sexual**

Este tipo de mau-trato é compreendido pelo envolvimento da criança ou do jovem em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do jovem mais velho ou

do adulto, sobre uma forma de autoridade e poder sobre o menor. Tendo em consideração o desenvolvimento da vítima, esta não consegue compreender e não está preparada para tais práticas. O abuso sexual pode ser intra ou extrafamiliar, sendo que o primeiro é mais frequente, e ocasional ou repetido, ao longo da infância (Magalhães, 2005).

Como refere Duque (2008), esta é a forma de mau trato que será mais fácil detetar, uma vez que as evidências são notórias bem como as marcas deixadas. Na maioria destes acontecimentos, o abusador é do sexo masculino e, raramente, é uma pessoa desconhecida da criança ou do jovem.

### **3.4 Negligência**

A negligência traduz-se num comportamento regular de omissão no que respeita aos cuidados que devem ser prestados à criança ou jovem, não lhes sendo asseguradas as necessidades consideradas básicas, como: alimentação, higiene, segurança, saúde, educação e afeto. Esta pode ser praticada de forma voluntária quando existe intenção de causar dano ou então involuntária quando os pais ou cuidadores do menor não apresentam competências para assegurar tais necessidades, não lhe proporcionando um desenvolvimento adequado à idade (Magalhães, 2005).

De acordo com Duque (2008), a negligência e o abandono podem causar gravíssimos danos às crianças, incluindo mesmo a morte. Segundo Davis e Zitelli (1992, cit. *in* Duque, 2008), este é o tipo de maus-tratos mais usual, pelo que é responsável por mais de 50% de casos em cada ano.

Outro estudo, realizado por Cook (1991), destaca que cerca de 85% das crianças e jovens na fase de infância e adolescência vivenciam alguma forma de negligência.

## **4. Fatores de Risco para a Ocorrência dos Maus-Tratos**

Dos muitos estudos que foram e continuam a ser desenvolvidos para avaliar o número de crianças vítimas de maus-tratos, nos últimos tempos começaram a desenvolver-se diversos trabalhos de investigação com o primordial objetivo de

perceber e identificar as principais causas e/ou fatores de risco que podem originar os maus-tratos infantis (Azevedo & Maia, 2006).

No estudo realizado por Almeida e colegas (1995), pode-se concluir que existem características da família, como a pobreza, a monoparentalidade, os sinais de violência familiar anterior, o número de crianças em casa e a existência de consumos excessivos/abusivos de álcool e drogas, que estão associadas à ocorrência de maus-tratos contra crianças e jovens.

Apesar de estarem identificados alguns fatores que podem influenciar a prática de maus-tratos contra as crianças e jovens é importante ter em conta que a presença destes fatores nas famílias nem sempre significa violência. A verificação de forma isolada da ocorrência de um destes fatores pode não representar um fator de risco num determinado agregado familiar (Magalhães, 2005).

Primeiramente, vão ser mencionadas as características individuais dos pais, seguidamente as características do menor e, por fim, as características socioeconómicas.

#### **4.1 Características Individuais dos Pais**

De acordo com Magalhães (2005), destacam-se, aqui, as seguintes características: consumo de álcool ou estupefacientes; antecedentes de comportamentos desviantes; perturbação psíquica ou física; paternidade e Maternidade precoce; baixa auto-estima, reduzida tolerância às frustrações; baixa tolerância ao stress; progenitores que anteriormente teriam sido maltratados; atitude indiferente face às responsabilidades parentais; fracas competências parentais; gravidezes muito chegadas; falta de vinculação; incapacidade para admitirem que o seu filho foi ou é maltratado; exorbitância de vida social ou profissional que prejudica nas relações com os seus filhos.

#### **4.2 Características da Criança**

Ainda de acordo com a autora supramencionada, salientam-se as seguintes características: criança mais nova, uma vez que dependem mais dos pais do que as crianças com mais idade; criança que não corresponda às ideologias dos progenitores, como: deficiências físicas ou mentais, problemas médicos nos primeiros meses de vida,

aspecto físico, entre outros. Criança que não tenha sido planeada nem desejada; criança que possui personalidade e temperamento não adequados na visão dos pais.

### **4.3 Características Socioeconómicas**

Magalhães (2005), no que respeita às características socioeconómicas considerou as seguintes: desemprego; condições de pobreza; morte de um ente querido; doença grave de alguém próximo; divórcio; estilo de vida desorganizado; mudança reiterada de residência ou desalojamento.

Como refere Duque (2008), as características acima mencionadas são fatores importantes a ter em consideração, uma vez que ao serem identificados podem revelar fontes ocultas de maus-tratos, podendo assim, contribuir para evitar ou pôr fim a situações de violência exercidas sobre crianças.

No entanto, importante será de salientar que os fatores de risco conhecidos podem não ser fiáveis, dado que existem muitas famílias em condições de pobreza e com muitos dos fatores que são considerados de risco, que são afetuosos com os seus filhos e dão resposta às necessidades destes, como também existem pais de uma elevada classe social e cultural que podem maltratar os seus filhos e não responder às suas necessidades (Canha, 2003).

Para Sapienza e Pedromônico (2005), a exposição aos fatores de risco, quaisquer que eles sejam, afeta negativamente o desenvolvimento da criança e do jovem, trazendo principalmente problemas comportamentais. Segundo estes autores, os problemas escolares são frequentemente associados aos problemas de comportamento e de conduta, por isso, pensamos que as medidas a adotar, no sentido da reeducação e reinserção social destas crianças e jovens, deverão ter em atenção o que acontece na escola e intervir também neste contexto.

## **5. Consequências dos Maus-Tratos na Vida das Crianças e dos Jovens**

As crianças e jovens sujeitos à violência são extraordinariamente atingidas por essa experiência, principalmente a nível psicológico. Estas crianças e jovens têm uma maior exequibilidade de sofrerem diversos problemas emocionais e sociais do que aquelas que nunca foram expostas a qualquer tipo de atos violentos (Richters & Martinez, 1993 cit. *in* Sani, 2011).

Para Cansado (2014), a atuação de processos estruturais de exclusão social sobre determinadas camadas sociais contribui para fenómenos de desagregação social, assim como facilita a reprodução do ciclo de pobreza. As crianças maltratadas, excluídas e marginalizadas sobrevivem dentro de um contexto de constrangimentos e adversidades que se não for alterado constituiu um quadro de referência para o seu processo de crescimento e maturação.

O impacto da exposição à violência pode não ser demonstrado logo após o episódio chocante, no entanto, pode ocorrer algum tempo depois do sucedido, manifestado por estímulos internos ou externos (Zulueta, 1996; Mawby & Walklate, 1994, cit. *in* Sani, 2011).

Os maus-tratos são experiências de vida que quando surgem durante a vida adulta têm um impacto claramente negativo sobre a personalidade já formada da vítima, outrora quando estas mesmas experiências se verificam durante a infância, período este de extrema importância para o decurso da formação da personalidade, estas experiências têm repercussões na sua construção (Herman, 2001).

Deste modo, as consequências dos maus-tratos exercidos sobre as crianças e jovens podem ser diversas. A sua gravidade depende de vários fatores, como por exemplo: a forma e a duração dos maus-tratos, o grau de relacionamento com o abusador, a idade do menor, a sua personalidade, o seu nível de desenvolvimento, entre outros (Magalhães, 2005).

Claussen e Criteenden (1991) afirmam que os maus-tratos psicológicos são mais nocivos para as crianças e jovens do que os maus-tratos físicos.

Outros estudos realizados defendem que as crianças e jovens que foram sujeitas aos maus-tratos físicos têm uma menor auto-estima do que as outras (Gross & Keller, 1992, Wodarski, Kurtz, Gaudin & Howing, 1990).

Assim, as crianças vítimas de maus-tratos demonstram uma grande dificuldade no relacionamento com os seus pares e com os adultos. São normalmente crianças isoladas, mostrando para com os outros agressividade e negativismo. Existe uma grande probabilidade de crescerem com depressões e possuem na maioria dos casos, uma baixa auto-estima, onde a falta de motivação e envolvimento são evidentes. Estas crianças culpabilizam-se na maioria das vezes, por serem vítimas de maus-tratos por parte dos pais (Azevedo & Maia, 2006).

Para Magalhães (2005), as crianças maltratadas têm tendência a enveredar pelo mundo delinquente e reproduzir, mais tarde, nos seus filhos a violência a que foram expostas pelos seus pais em criança, apresentando não raras vezes, doenças neurológicas e psiquiátricas, transtornos de personalidade e sequelas orgânicas de origem traumática.

Sapienza e Pedromônico (2005), realçam que existe uma maior probabilidade das crianças e adolescentes provenientes de núcleos familiares desestruturados apresentarem problemas de comportamento.

Segundo Abranches e Assis (2011), as crianças e jovens que são vítimas de violência no contexto familiar, por parte de pessoas significativas, que amam e de quem esperam cuidados e proteção, estão mais vulneráveis e podem tornar-se mais susceptíveis à violência em outros ambientes sociais, como a escola, a comunidade e as relações de namoro.

Nestas circunstâncias, a frequente exposição da criança ou jovem a contextos desestruturantes, terminam com a intervenção das redes formais de apoio e proteção e, não raramente, com a colocação do menor num Lar de Infância e Juventude. A intervenção destas instituições ligadas ao Estado ou das instituições particulares de solidariedade social tem como objetivo a “normalização” dos comportamentos das crianças e dos jovens, de modo a torná-los socialmente aceitáveis (Afonso, 1998).

Algumas das intervenções no âmbito das crianças em risco culmina com a retirada provisória das crianças e jovens à família. Muitas vezes, estas retiradas acabam por se tornar numa medida definitiva.

Para Cansado (2014), a colocação de crianças e jovens em instituições levanta algumas questões, na medida em que a própria institucionalização pode representar uma nova forma de violência. Se é certo que uma criança ou jovem não pode ser sujeita nem mantida numa situação de violência, a verdade é que quando são institucionalizadas elas

continuam a sentir mal-estar psicológico provocado pelo afastamento familiar (Cansado, 2014).

Existem algumas evidências que demonstram que as crianças e os jovens que são vítimas de violência apresentam sinais de mal-estar psicológico. De entre as variáveis psicossociais que têm sido estudadas destacamos o autoconceito, a auto-estima, e o rendimento escolar.

O autoconceito é um constructo psicológico que pode ser definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio (Serra, 1988). O autoconceito pode ser classificado em diversos tipos: autoconceito académico, emocional, social ou físico. O autoconceito encontra-se associado à forma como a pessoa pensa, age e sente e abarca aspetos físicos, comportamentais e mentais (Manjarrez & Nava, 2002). Valorizou-se a sua inclusão neste estudo por ser um factor que intervém no desenvolvimento óptimo ou inadequado do indivíduo. Por seu lado, a auto-estima é uma avaliação afectiva que o indivíduo faz das suas qualidades, desempenhos ou virtudes (Serra, 1988).

Oates, Forrest e Peacock (1985) desenvolveram uma investigação com crianças que tinham dado entrada na urgência hospitalar. As crianças vítimas de maus-tratos referiam ter menos amigos do que as outras. Elas eram menos ambiciosas relativamente ao seu futuro, apresentando baixas expectativas profissionais e pontuavam mais baixo na escala de autoconceito de Piers-Harris.

Segundo Seixas (2006), as crianças e adolescentes que são vítimas de violência sentem-se significativamente menos aceites pelos seus pares o que afeta a sua auto percepção de competência (Seixas, 2006).

Num estudo realizado por Azevedo e Maia (2006) sobre a influência dos maus-tratos no rendimento académicos de um grupo de crianças do 1.º Ciclo, concluiu-se que os maus-tratos físicos graves estão associados a piores resultados escolares, o que demonstra que os maus-tratos podem ter um impacto negativo no desempenho escolar.

Também Peixoto (2004) refere alguns estudos que mostram que a existência de um baixo suporte emocional por parte da família está relacionado com baixo autoconceito académico e que o suporte emocional e social fornecido pelos pais está positivamente associado com a percepção de competência, as relações com os pares e a motivação escolar.

## **6. Áreas de Intervenção: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco**

As Comissões de Menores surgiram em Portugal no ano de 1978, passando estas em 2001, a serem designadas de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, de acordo com a lei 147/99, de 1 de Setembro.

De acordo com o artigo 12.º nº 1 da lei supramencionada, as Comissões de Proteção são “instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral”.

Nos termos da LPCJP, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens compete: às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude; às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; aos tribunais, quando a intervenção das CPCJ não possa ter lugar ou por falta de consentimento dos pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, ou por não dispor de meios para aplicar e executar a medida adequada.

A intervenção das CPCJ faz-se sempre quando as outras se mostrem incapazes de resolver a situação de perigo em que o menor se encontra. Requer sempre o consentimento dos pais ou representantes legais e a não oposição das crianças com mais de doze anos.

Segundo o artigo 34.º da LPCJP, as medidas de promoção e proteção visam: afastar o perigo em que as crianças ou jovens se encontram; proporcionar condições de proteção e promoção da sua segurança, saúde, educação, bem-estar e desenvolvimento; garantir a recuperação física e psicológica dos menores que sofreram qualquer forma de exploração ou abuso.

Encontram-se tipificadas na lei acima mencionada as medidas de promoção e proteção que podem ser aplicadas, sendo estas: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida, acolhimento em instituição, confiança a pessoa selecionada para adoção ou a instituição com vista à futura adoção.

Importa referir que, a intervenção e aplicação das medidas de promoção e proteção compete às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, no entanto,

a intervenção dos tribunais é reservada para os casos em que a Comissão não obteve consentimento, sendo por isso, necessário a intervenção dos tribunais, que têm o poder de aplicar medidas, mesmo sem o consentimento dos pais e a oposição do menor.

Segundo Martins (2004), estas instituições desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, uma vez que, enquanto entidades oficiais não judiciárias, abrangem diferentes membros da comunidade e, deste modo, exercem um trabalho significativo na prevenção e intervenção de situações de risco de famílias de crianças e jovens.

## **7. O Papel da Criminologia na Intervenção e Acompanhamento de Crianças e Jovens Vítimas de Maus-tratos**

O Código Penal português identifica vários crimes contra crianças e jovens: o crime de violência doméstica (artigo 152.º, n.º 2), o crime de maus-tratos (artigo 152.º - A, n.º 1) e os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual (Dias, 2010).

A intervenção legal ao nível dos maus-tratos em crianças e jovens é complexa e envolve um vasto conjunto de instituições e profissionais: a autoridade policial, o Ministério Público, os Tribunais, a medicina legal, os agentes do serviço social, da saúde, do direito, entre tantos outros.

De entre os profissionais que trabalham diretamente com as crianças e jovens em situação de maus-tratos, destacamos o papel de relevância crescente do criminólogo, enquanto pessoa versada em criminologia.

Definir a criminologia no panorama científico atual não é tarefa fácil. Já dizia Agra (2012) que a criminologia é “uma rainha sem reino”, porque não está definido o seu lugar no universo dos saberes.

No entanto, ao contrário do que o próprio nome possa sugerir, o campo de trabalho do criminólogo não se limita nem se esgota nos serviços de justiça. Enquanto profissional perito em crimes, o criminólogo pode e deve alargar a sua atividade às diversas esferas da vida social.

Assiste-se, atualmente, a uma mudança das metodologias de intervenção no que se refere às crianças e jovens que são vítimas de maus-tratos na família, uma vez que o Estado e a sociedade em geral procuram potencializar uma política integrada, multidisciplinar e mais eficiente de proteção das crianças e jovens em risco, no sentido

de promover a inserção destas crianças e jovens num processo de reconhecimento da cidadania.

Alguns estudos apontam para a necessidade de, no tratamento da criança e jovem vítimas de maus-tratos, para além de uma abordagem extensiva à família, melhorando as interações familiares e as capacidades parentais dos pais, se investir em programas de reforço da auto-estima das crianças e jovens (Oates, Forrest & Peacock, 1985; Peixoto, 2004).

Uma das formas que tem sido encontrada para atenuar a ruptura familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências a estas crianças e jovens é a sua manutenção no sistema educativo. A criança tem de aprender novas regras, frequentar uma nova escola, fazer novos amigos, ou seja, ser incluída num novo meio social (Cansado, 2014).

## PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

### 1. Introdução

A questão dos maus-tratos na infância e juventude não se resume à ocorrência de episódios de violência intrafamiliar, na medida em que estas experiências traumáticas deixam marcas no crescimento e desenvolvimento de quem deles é vítima.

O impacto dos maus-tratos infligidos por familiares na vida das crianças e dos jovens é uma temática que tem sido recorrentemente estudada. No entanto, carecem na literatura científica estudos que demonstrem os efeitos a longo prazo destas experiências traumáticas, especialmente ao nível do bem-estar psicológico e do rendimento académico de crianças e jovens vítimas de maus-tratos em situação de acolhimento, o que despertou a nossa curiosidade para analisar o tema, ainda que apenas numa proposta de estudo a realizar.

Nesta parte do trabalho, iremos delinear um projeto de investigação que possa constituir um contributo para o conhecimento do impacto dos maus-tratos na vida das crianças e dos jovens em termos do seu bem-estar psicológico e do seu rendimento académico, procurando perceber a mais-valia que uma perspetiva criminológica pode acrescentar ao conhecimento e à intervenção nesta área.

Segundo Fortin (2009), a investigação científica consiste na implementação de um processo sistemático de colheita de dados observáveis e verificáveis no mundo empírico, isto é, “no mundo que é acessível aos nossos sentidos, com vista a descrever, explicar, predizer ou controlar fenómenos.” (Seaman, 1997: p. 5 cit. *in* Fortin, 2009).

No caso concreto do estudo que aqui apresentamos, os dados seriam recolhidos através da utilização de um instrumento de recolha de dados que nos permitiria a sua quantificação de modo a podermos descrevê-los, propondo-se que se utilize estatística descritiva e testes paramétricos.

## **2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

Explicitar os objetivos é indicar o que se pretende com a realização do projeto de investigação (Ander-Egg & Aguilar, 1999). Segundo Guerra (2002), os objetivos gerais descrevem as grandes orientações do projeto e são coerentes com as finalidades da investigação, enquanto os objetivos específicos pequenos passos ou especificações que se têm de dar para concretizar o objetivo geral (Ander-Egg & Aguilar, 1999).

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste trabalho é procurar demonstrar qual o impacto negativo que os maus-tratos na infância e juventude têm no bem-estar psicológico e no rendimento académico de um grupo de crianças e jovens selecionado para efeitos de investigação. Para tal, decidimos operacionalizar a variável bem-estar psicológico através do uso de dois constructos: o autoconceito e a auto-estima, ambos vastamente estudados na população escolar portuguesa (Harter, 1985 & Peixoto e Almeida, 1999).

### **2.2 Objetivos específicos**

Em termos de objetivos específicos, estes foram pensados e criados de acordo com o objetivo geral. Assim, e de uma forma mais detalhada, pretendemos:

1. Caracterizar as crianças e jovens vítimas de maus-tratos da amostra em termos de autoconceito e autoestima;
2. Descrever o rendimento académico das crianças e jovens vítimas de maus-tratos da amostra.
3. Analisar a possível relação entre a auto-estima das crianças e jovens vítimas de maus-tratos e o seu rendimento académico.
4. Investigar se existe uma relação entre a idade das crianças e jovens vítimas de maus-tratos e o autoconceito.

5. Investigar se existe uma relação entre a idade das crianças e jovens vítimas de maus-tratos e a auto-estima.

### 3. Método

Pretendemos utilizar um método quantitativo, no sentido de podermos proceder a uma análise descritiva dos dados. Fortin (1999, p. 22) define método quantitativo como sendo “...baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador”.

Esses factos quantificáveis são designados por variáveis. Na presente proposta de estudo serão consideradas as seguintes variáveis:

**Variável independente** – sexo, idade e historial de maus tratos na infância/juventude, pois ocorrem independentemente dos outros factos em estudo.

**Variáveis dependentes** – o bem-estar psicológico e o rendimento académico, que previsivelmente variam com o historial de maus-tratos, estabelecendo alguma relação entre si.

Em termos de técnica de investigação a nossa opção para a recolha de dados recai no inquérito por questionário. Segundo Ferreira e Campos (2001), o inquérito é um dos instrumentos mais utilizados no domínio da investigação aplicada, sendo o questionário uma das técnicas mais utilizadas. O inquérito por questionário é uma técnica não documental e de observação indireta.

De entre as vantagens do questionário destaca-se a possibilidade de conhecer uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, ou quanto pretendemos conhecer o mesmo tipo de variável para muitos indivíduos, mesmo quando os fenómenos se reportam ao passado, sendo por isso, impossíveis de estudar através de observação direta (Ghiglione & Matalon, 1992).

Algumas desvantagens do questionário prendem-se com o facto deste depender totalmente da linguagem. Nesse sentido, Ferreira e Campos (2001) salientam a importância das perguntas do questionário serem ser curtas e diretas, usarem-se palavras

simples e a uma linguagem acessível, clara e precisa, eliminando assim a possibilidade de interpretações subjetivas.

A fase seguinte à recolha de dados será a criação de uma base de dados no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para posterior análise estatística. A média será a medida de tendência central escolhida para descrever o posicionamento das crianças e dos jovens nos diversos domínios estudados e, o desvio-padrão será a medida de dispersão, permitindo-nos avaliar a distribuição dos mesmos. Os objetivos específicos que se prendem com o estabelecimento de relações entre variáveis serão examinados através da aplicação de testes de correlação. Trata-se, assim, de um estudo inferencial e de natureza quantitativa.

#### **4. Amostra**

Segundo o relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das crianças e jovens (CASA 2014), publicado em Abril de 2015, pode-se afirmar que, de um modo geral, o número de crianças e jovens em situação de acolhimento tem vindo a decrescer em Portugal, desde o ano 2006, no qual se registavam 12245 crianças e jovens em situação de acolhimento.

No ano de 2014, o sistema de acolhimento da Segurança Social foi responsável pelo acolhimento de 8470 crianças e jovens, sendo os distritos de Lisboa e Porto os que apresentaram maior número de crianças e jovens em situação de acolhimento.

Relativamente à distribuição por sexo, verifica-se que, à semelhança de anos anteriores, um ligeiro predomínio de crianças e jovens do sexo masculino (51.9%).

No que se refere à distribuição por grupos de idade, os escalões com maior representação de crianças e jovens correspondem à adolescência e juventude, dos 12 aos 20 anos de idade (68,6%).

O relatório faz ainda uma breve caracterização das particularidades destas crianças e jovens, demonstrando a elevada diversidade de problemáticas a elas associadas e que vão desde os problemas comportamentais aos problemas de saúde, deficiência física, mental e consumo abusivo de substâncias.

Relativamente à situação de perigo que originou a situação de acolhimento, destaca-se, em primeiro lugar, a falta de supervisão e acompanhamento familiar (60%),

seguida da exposição a modelos parentais desviantes (35%) e a negligência nos cuidados de saúde (30%) e educação (32%).

Quanto à escolaridade, existe um investimento por parte do Ministério da Educação em outras ofertas formativas, particularmente ao nível do 3º ciclo de ensino básico. Os Cursos de Educação e Formação (CEF), os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) são disso um bom exemplo.

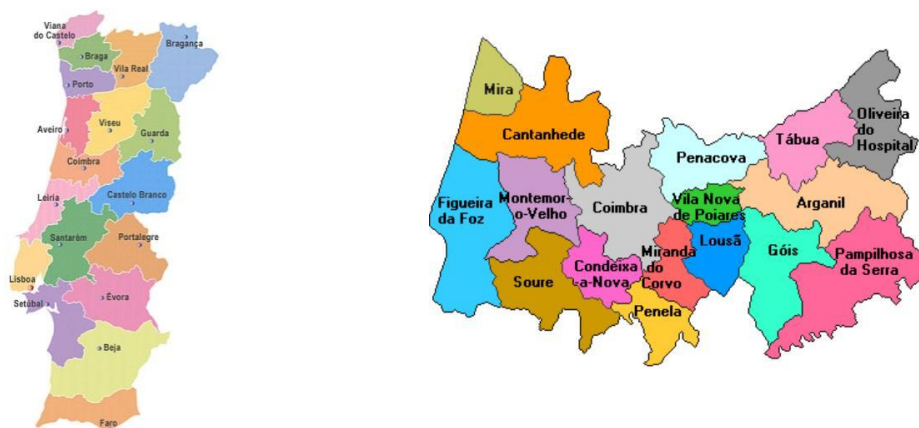
Contudo, verifica-se que a relação entre a idade e o nível de instrução evidencia uma elevada taxa de insucesso escolar entre as crianças e jovens em situação de acolhimento. Por outro lado, os valores do abandono escolar parecem indicar a existência de fragilidades na inclusão destes alunos nas escolas.

Foi com base na informação deste relatório que começamos a delinear este projeto de investigação. Uma vez que esta investigação se centra no impacto dos maus tratos no bem-estar psicológico e no rendimento académico das crianças e dos jovens em situação de acolhimento, a população alvo será constituída por crianças e jovens que se encontram a residir em instituições de acolhimento do sistema de acolhimento para crianças e jovens da Segurança Social.

De acordo com Fortin (2009), a amostra é definida a partir da população alvo, uma vez que é de uma grande complexidade e de extrema dificuldade estudá-la no seu todo. Assim, a amostra é sempre inferior à população que é objeto de estudo, podendo esta ser considerada uma fração da mesma.

Deste modo, a amostra do estudo em questão será uma amostra por conveniência, constituída pela totalidade das crianças e jovens que se encontram a residir nas casas de acolhimento e lares de infância e juventude do concelho de Miranda do Corvo. Este facto prende-se com a possibilidade da investigadora, no caso de se vir a operacionalizar a pesquisa, poder ter acesso fácil à população em questão.

O concelho de Miranda do Corvo situa-se no distrito de Coimbra, na região Centro de Portugal (Figura 1). Neste concelho encontramos duas instituições de acolhimento para crianças e jovens. O Lar de Jovens de Santa Maria de Semide que alberga atualmente 47 crianças e jovens (apesar de ter capacidade para receber 65 crianças e jovens dos 6 aos 18 anos de idade) e a Casa do Gaiato que acolhe 32 crianças e jovens.



**Figura 1** – Localização do concelho de Miranda do Corvo no distrito de Coimbra – Região Centro de Portugal

O Lar de Jovens de Santa Maria de Semide é dirigido desde 1986 pela Cáritas Diocesana de Coimbra e a Casa do Gaiato é uma instituição particular de solidariedade social também de cariz religioso que resultou da ação do padre Américo que em 1940 acolheu três crianças desamparadas.

Tanto o Lar de Jovens de Santa Maria de Semide como a Casa do Gaiato albergam somente crianças e jovens do sexo masculino, pelo que a totalidade da amostra é masculina, não se tendo a pretensão de que a mesma seja representativa da população-alvo.

## 5. Instrumentos

Para proceder à recolha de dados que permitam caracterizar a amostra em estudo, foi construído um breve questionário sociodemográfico (Anexo I) que se subdivide em duas partes:

**Informação pessoal** - sexo, idade, escolaridade;

**Informação do percurso académico** - disciplina preferida, disciplina em que tem mais dificuldades, número de retenções, opção por uma via profissional e expectativas relativas ao ensino superior.

A par do questionário sociodemográfico será também aplicada uma escala que pretende aferir o bem-estar psicológico das crianças e jovens da amostra, através da avaliação do autoconceito e da auto-estima.

Para proceder a essa avaliação, optámos pela utilização de uma escala devidamente validada para a população escolar portuguesa. A nossa escolha recaiu sobre a Escala de Auto Percepção para Crianças (*Self Perception Profile for Children Scale*) de Harter (1985), adaptada e aferida para a população portuguesa por Peixoto e Almeida (1999).

A escala de autoconceito é constituída por nove domínios específicos que refletem a autopercepção que a criança ou jovem tem de si mesmo em relação a diversos domínios: Competência escolar, Aceitação social, Competência atlética, Aparência física, Atração romântica, Comportamento, Amizades íntimas, Competência no domínio do português e Competência no domínio da matemática.

Cada subescala é constituída por cinco itens à excepção das dimensões: Aparência Física e Atração Romântica que têm seis itens.

Os domínios específicos avaliados por cada subescala são os seguintes:

**Competência escolar** – Avalia a percepção da criança ou jovem relativamente ao seu desempenho escolar (itens 1, 11, 21, 31 e 41).

**Aceitação social** – Avalia a percepção da criança ou jovem relativamente à sua aceitação por parte dos pares, assim como o sentimento de popularidade entre elas (itens 2, 12, 22, 32 e 42).

**Competência atlética** – Avalia a percepção da criança ou jovem acerca do seu desempenho em atividades desportivas (itens 3, 13, 23, 33 e 43).

**Aparência física** – Avalia a percepção da criança ou jovem em relação à sua aparência física, peso, tamanho e auto-imagem (itens 4, 14, 24, 34, 44 e 52).

**Atração romântica** – Avalia a percepção da criança ou jovem relativamente à sua capacidade de atrair romanticamente aqueles por quem se sente atraído (itens 5, 15, 25, 35, 45 e 51).

**Comportamento** – Avalia a percepção da criança ou jovem em relação ao modo como ela se comporta (itens 6, 16, 26, 36 e 46).

**Amizades íntimas** – Avalia a percepção da criança ou jovem em relação à sua capacidade de fazer e manter amigos íntimos (itens 7, 17, 27, 37 e 47).

**Competência no domínio do português** – Avalia a percepção da criança ou jovem relativamente ao seu domínio da língua materna (itens 8, 18, 28, 38 e 48).

**Competência no domínio da matemática** – Avalia a percepção da criança ou jovem relativamente às suas capacidades matemáticas (itens 9, 19, 29, 39 e 49).

A escala da Auto-estima é composta por seis itens (10, 20, 30, 40, 50 e 53) que avaliam até que ponto a criança ou jovem gosta de si enquanto pessoa e se está satisfeita com o seu modo de ser.

Cada item é composto por uma afirmação com diferentes graus de identificação: “Exatamente como eu”; “Como eu”; “Diferente de mim” e “Completamente diferente de mim”. A criança ou jovem deve assinalar o grau com o qual se identifica mais. A cotação de cada item é feita de 1 a 4, sendo que 1 indica uma baixa competência percebida e 4 corresponde a uma elevada competência percebida.

Para além dos domínios da escala do autoconceito que nos permitem aferir a competência escolar, consideramos que seria importante avaliar de uma forma mais objetiva o rendimento académico. Neste sentido e, atendendo aos trabalhos desenvolvidos (Azevedo e Maia, 2006) decidimos incluir outras informações sobre o percurso escolar do aluno, nomeadamente o número de retenções, a necessidade de apoio educativo e os resultados da avaliação trimestral.

## **5.1 Pré-teste do questionário**

Segundo Ferreira e Campos (2001), para construir um questionário é necessário saber com exatidão o que procuramos, garantir que as questões sejam interpretadas da mesma maneira por todos os inquiridos e que todos os aspetos das questões tenham sido

bem abordados. Estas condições resultam da realização das entrevistas e do teste às primeiras versões do questionário, ou seja, a realização de um pré-teste.

Ghiglione e Matalon (1992) referem que quando se conclui uma primeira versão do questionário é necessário garantir que o mesmo é aplicável e que responde aos problemas colocados pela investigação. Então, o questionário deve ser aplicado a um pequeno grupo de pessoas, com o objetivo de saber se elas entenderam o significado das perguntas e o tempo que demoram a responder ao questionário. Assim, a realização do pré-teste permite saber se as questões são compreendidas e evitar erros de vocabulário, incompreensões e equívocos (Ghiglione e Matalon, 1992).

Com a elaboração do pré-teste podemos também avaliar a taxa de não respostas, conhecer a forma como as pessoas reagem ao questionário e perceber se a ordem das questões não coloca nenhum problema (Ferreira e Campos, 2001).

## **5.2 Resultados do pré-teste**

No presente projeto avaliamos a adequação do questionário que criamos, aplicando-o a uma pequena amostra de jovens estudantes, com características similares aos da amostra do estudo de investigação, com uma diferença. É que os jovens que participaram no pré-teste não são vítimas de maus tratos, residindo com as suas famílias e não em casas ou lares de acolhimento.

Esta recolha fundamenta-se na necessidade de preservar as crianças e os jovens que poderão vir a fazer parte da amostra de estudo, na realização prática da investigação, pois o conhecimento prévio do questionário poderia revelar-se um enviesamento do estudo e uma limitação para a análise dos resultados.

Responderam ao questionário na fase de pré-teste cinco jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos (média de idade = 14,8 anos e desvio-padrão = 1,92 anos). Na generalidade, os jovens compreenderam o significado das perguntas, respeitaram a ordem de apresentação das questões e demoraram aproximadamente 10 minutos na sua concretização.

Neste sentido, e numa primeira impressão sobre a aplicação do instrumento que escolhemos, este parece cumprir os requisitos de um instrumento de recolha de dados, não sendo necessário proceder a alterações na sua forma e/ou estrutura.

## **6. Procedimentos**

Numa primeira fase, serão formalizados os pedidos de autorização aos responsáveis das instituições (Anexo III), para a realização do estudo no Lar de Jovens de Santa Maria de Semide - Cáritas Diocesana de Coimbra, e na Casa do Gaiato de Miranda do Corvo. Só depois de se obter esta autorização, iremos entrar em contacto com as crianças e jovens participantes.

Neste momento, já foi realizado um primeiro contacto com as instituições e estabelecido o conteúdo do pedido de autorização, que deve informar acerca dos objetivos e dos procedimentos do estudo, e a pessoa a quem ele deve ser dirigido.

Serão dadas garantias de anonimato às instituições para que as crianças e os jovens possam participar neste estudo. Os dados recolhidos não servirão para outro fins senão a concretização e finalização da investigação, sendo estes destruídos logo após a sua conclusão.

Pretende-se que a recolha de dados seja realizada em contexto institucional, numa única sessão, onde serão explicitados os objetivos do estudo e o funcionamento do questionário às crianças e jovens que voluntariamente decidam participar no estudo.

## CONCLUSÃO

A realização deste trabalho final permitiu-me realizar uma reflexão e uma avaliação do que tem sido a minha formação enquanto futura criminóloga. Não obstante as dificuldades e incertezas do mercado de trabalho, especialmente para os jovens com qualificação superior, gosto de olhar para o futuro com esperança e sinto que, ao longo destes anos, adquiri algumas ferramentas preciosas e que certamente, irei usar ao longo da minha vida.

Sem essas ferramentas não me teria sido possível concluir este trabalho nem definir um projeto de investigação que espero conseguir pôr em prática no âmbito do mestrado em criminologia que pretendo prosseguir.

Se, por um lado, é assustador perceber que as pessoas não sabem o que é suposto fazer um criminólogo e não haver anúncios de emprego a solicitar profissionais desta área, por outro, considero que é extremamente desafiante e que este facto poderá constituir uma oportunidade, para cada criminólogo, com o seu trabalho, contribuir para um maior conhecimento e reconhecimento desta área interdisciplinar.

Assim, esta projeto de graduação pretende ser um contributo para a definição do papel do criminólogo, para mostrar que há lugar para desenvolver esta atividade profissional em Portugal, com benefícios para as crianças e jovens vítimas de maus-tratos.

Acho pertinente referir que os maus-tratos a crianças e jovens é um tema bastante investigado e abordado pelos investigadores, no entanto, o impacto dos maus-tratos a crianças em jovens em situação de acolhimento é pouco estudado e desenvolvido por parte dos mesmos. Sabendo eu que iria ser um desafio desenvolver este tema e fazer uma proposta de um estudo, decidi apostar nesta temática de modo a ser um contributo para futuros desenvolvimentos nesta área tão importante.

É por todos estes motivos que mencionei que gostaria de desenvolver o meu trabalho prático nas escolas com crianças e jovens institucionalizadas. Apesar destas crianças e jovens estarem integradas em turmas regulares, acredito que a comunidade

educativa não está suficientemente informada e sensibilizada para esta realidade. Penso que os professores e técnicos que trabalham com estas crianças se compreenderem que elas foram vítimas de um crime e que esse crime deixa mazelas no seu crescimento e desenvolvimento, poderão adotar estratégias pedagógicas mais diferenciadas e mais eficazes em termos de sucesso educativo destes alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, C. D. & Assis, S. G. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27 (5), pp. 843-854.

Agra, C. (2012). *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (1.<sup>a</sup> Ed.). Porto: Universidade do porto.

Afonso, P. (1998). As Políticas de Protecção às Crianças em Risco. *Intervenção Social*, 17/18, pp. 53-68.

Ander-Egg, E. & Aguilar, M. J. (1999). *Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais*. (15.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

Associação Projeto Criar (2014). *Manual de Boas Práticas para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Porto, Associação Projeto Criar.

Azevedo, M. do C. & Maia, Â. da C. (2006). *Maus-Tratos à criança*. Lisboa, Climepsi Editores.

Canha, J. (2003). *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospectivo de 5 anos*. Quarteto, Coimbra.

Cansado, T. I. P. A (2014). *A institucionalização de crianças e jovens no Alentejo*. Tese de doutoramento em Sociologia. Évora: Universidade de Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada.

Cánton, D. & Cortés, A. (1997). *Malos tratos y abuso sexual infantil*, Madrid, Siglo XXI de España Editores.

CASA 2014 - Relatório de Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. (2015). Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/

Unidade de Infância e Juventude - Núcleo de Assessoria Técnica aos Tribunais e Acolhimento Institucional. Setor da Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar. Instituto da Segurança Social, I.P.

Claussen, A. H., & Crittenden, P. M. (1991). Physical and psychological maltreatment: relations among types of maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 15, pp. 5-18.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2013). *Relatório Anual de Atividades de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. (Online) Disponível em: [http://www.cnpcjr.pt/%5CRelatorio\\_Avaliacao\\_CPCJ\\_2013.pdf](http://www.cnpcjr.pt/%5CRelatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf). [Consultado em 10.01.2015].

Convenção sobre os Direitos da Criança assinada por Portugal a 26 de Janeiro de 1990 para ratificação pela resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro.

Cook, D. A. (1991). College students from emotionally neglectful homes. *New Directions for Student Services*, 54, pp. 77-90.

Davis, H. W. & Zitelli, B. J. (1993). *Atlas colorido de diagnóstico clínico em pediatria*. S. Paulo: Manolo.

Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça. *Sociologia*, Vol. XX, pp. 245-262

Dias, I. (2004). *Violência Familiar: uma visão sociológica*. Lisboa: Afrontamento.

Duque, C. (2008). MAUS-TRATOS: Que intervenção?- *A abordagem da Psicologia Legal*. [Online]. Disponível em [www.scribd.com/doc/3100666/MAUS-TRATOS-Que-intervencao-A-Abordagem-da-Psicologia-Legal->](http://www.scribd.com/doc/3100666/MAUS-TRATOS-Que-intervencao-A-Abordagem-da-Psicologia-Legal-) [Consultado em 05.04.2015].

Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, 4 (XXIII), 361-371.

Ferreira, M. J. & Campos, P. (2001). XI - *O inquérito estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados*. Dossiês Didáticos: Alea.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures, Lusodidacta.

Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação da concepção à realização*. Loures, Lusociência.

Gallardo, J. A. (1994). *Maus-tratos à criança*. Porto: Porto Editora.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Gross, Amy B.; Keller, Harold, R. (1992). Long-term consequences on childhood physical and psychological maltreatment. *Aggressive Behavior*, 18 (3), pp.174-185.

Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Principia.

Harter, S. (1985). *Manual for the Self-Perception Profile for Children*. University of Denver.

Herman, J. L. (2001). *Trauma and Recovery: From domestic abuse political terror*. Londres: Pandora.

Kempe, C. H.; Silverman, F. N.; Steele, B. F.; Droegemueller, W. & Silver, H. K. (1962). The battered child syndrome. *Journal of the American Medical Association*, 181, pp.4-11.

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro).

Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens – Da suspeita ao diagnóstico*. Porto: Lidel.

Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em crianças e jovem*. Coimbra: Quarteto.

Magalhães, T. (2002). *Maus-Tratos em crianças e jovens* (4ª Ed.). Lisboa: Quarteto.

Manjarrez, A. & Nava, P. B. (2002). *Autoconceito e autoestima em crianças maltratadas e crianças de famílias intactas*. [Online]. Disponível em [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0104&area=d4&suba](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0104&area=d4&suba)[Consultado em 02.05.2015].

Martins, P. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços*. Universidade do Minho: Instituto de Estudos da criança [<http://repositorium.sdum.uminho.pt>].

Morrison, G. M.; Robertson, L.; Laurie, B. & Kelly, J. (2002). Protective factors related to antisocial behavior trajectories. *Journal of Clinical Psychology*, 58 (3), pp. 277-290.

Mawby, R. & Walklate, S. (1994). *Critical Victimology*. London: Sage Publications.

Oates, R. K.; Forrest, D. & Peacock, A. (1985). Self-esteem of abused children. *Child & Neglect*, Vol. 9 (2), pp. 159-163.

Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, 1 (XXII), pp. 235-244.

Peixoto, F. & Almeida, L. S. (1999). Escala de auto-conceito e auto-estima. In: A. P. Soares, S. Araújo & S. Caíres (Eds.) *Actas da VII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga (632-648).

Roig, A. M & Ochotorena, P. J. (1993). *Mau Trato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martínez Roca.

Sani, A. (2002). *As crianças e a violência: narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto.

Sapienza, G. & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), pp. 209-216.

Serra, A. V. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2 (VI), pp. 101-110.

Wilson., M. E. (2009). *How one girl's Plight Started the Child-Protection Movement*. American Humane. Disponível em [www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/mary-ellen-wilson.html](http://www.americanhumane.org/about-us/who-we-are/history/mary-ellen-wilson.html). [Consultado em 28.04.2015].

Wodarski, J., S.; Kurtz, P. D.; Gaudin, J. M. & Howing, P. T. (1990). Maltreatment and the school-aged child. *Social Work*, 35, pp. 506-513.

## **Anexo I- Questionário sociodemográfico**

**(Instrumentos de recolha de dados)**



**Universidade Fernando Pessoa**  
**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**  
**Licenciatura em Criminologia**

As novas metas curriculares do ensino básico e secundário são extremamente exigente para os alunos. Com este estudo pretendemos avaliar a adaptação dos alunos da Região de Coimbra às novas metas curriculares. Agradecemos desde já a sua colaboração.

Por favor leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta que mais se aproxima da sua opinião. Os dados facultados são anónimos e confidenciais. Garantimos que eles não serão usados para outro fim que não os do âmbito deste estudo.

Idade: \_\_\_\_\_ sexo: **M**  **F**

Ano de escolaridade: \_\_\_\_\_

Qual a tua disciplina preferida? \_\_\_\_\_

Qual a disciplina em que tens mais dificuldade? \_\_\_\_\_

Alguma vez reprovaste? **Sim**  **Não**

Se sim, quantas vezes reprovaste? \_\_\_\_\_

Estás a frequentar um curso profissional? **Sim**  **Não**

Se sim, qual é o curso profissional? \_\_\_\_\_

Pensas tirar um curso superior? **Sim**  **Não**

Que curso gostarias de tirar? \_\_\_\_\_

**Anexo II- Escala de auto percepção para crianças -**  
***Self Perception Profile for Children Scale***

**(Instrumentos de recolha de dados)**

O questionário que se segue apresenta um conjunto de afirmações que pretendem descrever aquilo que alguns jovens sentem em relação a si mesmos. Lê cada uma dessas afirmações e identifica em que medida ele descreve o que tu achas de ti próprio. Avalia todas as afirmações, mesmo que em relação a algumas, seja difícil de decidir. Não assinales mais do que uma opção na mesma frase.

Lembra-te de que não há respostas certas ou erradas. Só tu nos podes dizer o que é que achas de ti mesmo(a), por isso, responde de acordo com o que realmente sentes.

	Exatamente como eu	Como eu	Diferente de mim	Completamente diferente de mim
1. Alguns jovens são rápidos a fazer o seu trabalho escolar.				
2. Alguns jovens acham muito difícil fazer amigos.				
3. Alguns jovens são muito bons a praticar qualquer tipo de desporto.				
4. Alguns jovens não se sentem muito satisfeitos com a sua aparência.				
5. Alguns jovens conseguem, facilmente, namorar com as pessoas por quem se apaixonam.				
6. Alguns jovens arranjam complicações pela forma como se comportam.				
7. Alguns jovens têm um amigo especial em quem podem confiar.				
8. Alguns jovens acham que têm dificuldade na expressão escrita e oral.				
9. Alguns jovens têm dificuldades na resolução de exercícios matemáticos.				
10. Alguns jovens ficam muitas vezes desiludidos consigo próprios.				
11. Alguns jovens não conseguem obter bons resultados nos testes.				
12. Alguns jovens têm muitos amigos.				
13. Alguns jovens pensam que poderiam desempenhar bem qualquer atividade desportiva, que fizessem pela 1. <sup>a</sup> vez.				
14. Alguns jovens gostariam que o seu corpo fosse diferente.				
15. Alguns jovens acham que as pessoas da sua idade se apaixonariam por eles.				
16. Alguns jovens fazem, geralmente, o que está certo.				
17. Alguns jovens têm um amigo especial com quem podem partilhar os seus segredos.				
18. Alguns jovens conseguem expressar-se muito bem.				
19. Alguns jovens conseguem resolver problemas de matemática.				

20. Alguns jovens não gostam do modo como estão a encaminhar a sua vida.				
21. Alguns jovens têm dificuldade em responder às questões que os professores colocam.				
22. Alguns jovens têm dificuldade em que os outros gostem deles.				
23. Alguns jovens acham que são melhores a praticar desporto do que os outros jovens da sua idade.				
24. Alguns jovens gostariam que a sua aparência física fosse diferente.				
25. Alguns jovens têm dificuldade em ser aceites pelas pessoas por quem se apaixonam.				
26. Alguns jovens frequentemente arranjam problemas com aquilo que fazem.				
27. Alguns jovens não têm um amigo especial com quem partilhar as coisas.				
28. Alguns jovens têm facilidade a escrever.				
29. Alguns jovens acham que são bons alunos a matemática.				
30. Alguns jovens, a maior parte das vezes, estão satisfeitos consigo próprios.				
31. Alguns jovens percebem tudo o que os professores ensinam nas aulas.				
32. Alguns jovens são muito bem aceites pelos colegas.				
33. Alguns jovens não são muito bons em jogos ao ar livre.				
34. Alguns jovens acham que são bonitos.				
35. Alguns jovens acham que são interessantes e divertidos nos seus encontros amorosos.				
36. Alguns jovens, normalmente, comportam-se corretamente.				
37. Alguns jovens têm um amigo especial a quem podem fazer confidências.				
38. Alguns jovens têm boas notas a português.				
39. Alguns jovens têm dificuldades na resolução de problemas matemáticos.				
40. Alguns jovens gostam do tipo de pessoas que são.				
41. Alguns jovens não conseguem perceber as matérias escolares.				
42. Alguns jovens acham que são bem aceites pelas pessoas da sua idade.				
43. Alguns jovens sentem que não são muito atléticos.				
44. Alguns jovens gostam mesmo do seu aspeto.				
45. Alguns jovens têm dificuldades em fazer com que as pessoas se sintam atraídas por eles.				
46. Alguns jovens sentem-se muito bem com a maneira como se comportam.				

47. Alguns jovens não têm um amigo especial para partilhar pensamentos e sentimentos muito especiais.				
48. Alguns jovens acham que não são bons alunos a português.				
49. Alguns jovens acham que não têm boas notas a matemática.				
50. Alguns jovens estão satisfeitos com a sua maneira de ser.				
51. Alguns jovens têm dificuldades em conquistar as pessoas por quem se apaixonam.				
52. Alguns jovens não gostam da sua aparência física.				
53. Alguns jovens têm sentimentos negativos em relação a si próprios.				

Obrigada pela tua colaboração.

## **Anexo III**

**(Declaração do consentimento informado)**

## DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, em representação (nome completo da Instituição) \_\_\_\_\_, compreendi toda a explicação que me foi prestada relativamente à participação dos alunos da instituição que represento na presente investigação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas que considerei necessárias, para as quais obtive a devida resposta.

Tomei ainda conhecimento de que a informação que me foi dada inclui os objetivos e os métodos de investigação. Além disso, fui informado que tenho o direito de recusar a qualquer momento da minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Recebi ainda a informação de que os dados recolhidos serão confidenciais, não servindo para outros fins senão os deste estudo científico, sendo estes destruídos após a sua conclusão.

Por isso, declaro que aceito participar livremente nesta investigação.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura do representante da Instituição: \_\_\_\_\_

Assinatura do investigador responsável: \_\_\_\_\_

(Mariana Duarte)